



BOLETIM INFORMATIVO – JULHO 2021

Edição n°. 09 - Ano 27 - CRC/RS 3.112

ISENÇÃO DE TAXAS PARA ABERTURA DE EMPRESA NO RS É PRORROGADA PELA TERCEIRA VEZ POR 90 DIAS

O Governo do Rio Grande do Sul prorrogará a isenção de taxas para a abertura de empresas por mais 90 dias, nesta sexta-feira (25). O pagamento das taxas está suspenso desde 26 de outubro de 2020 e esta já é a terceira vez que o governo prorroga as isenções.

Esta decisão foi fundamentada através da Junta Comercial Industrial e serviços do Rio Grande do Sul e Secretaria de Desenvolvimento do Estado, levando em conta o índice de crescimento de abertura de empresas do primeiro quadrimestre de 2021.

A partir dessa definição, as empresas limitadas, empresários individuais por responsabilidade limitada, empresários individuais e sociedade cooperativas seguem isentas aos valores referentes ao ato de constituição das empresas.

A presidente da Junta Comercial, Lauren de Vargas Momback, explica o motivo da nova prorrogação é o alto índice de crescimento do número de empresas neste primeiro quadrimestre de 2021.

O intuito é fazer com que cresça o número de empresas aqui no RS e que os empresários que estão na informalidade se tornem formais, principalmente agora em que nós estamos tentando a retomada do mercado econômico, destaca Lauren.

O secretário de Desenvolvimento Econômico, explica que nossas primeiras ações na Sedec foi a prorrogação da isenção destas taxas no início do ano. Agora, achamos prudente manter a isenção para o segundo semestre, num momento em que a abertura de empresas não para de crescer no Estado, reaquecendo a economia e retomando a geração de emprego e renda, informa Edson Brum. (Fonte: Junta Comercial RS)

AVISO – RECEITA FEDERAL

Golpe chega por correspondência e usa site falso da Receita Federal para “regularizar dados”

A Receita Federal alerta para o golpe que acontece via postal (e não por e-mail), que está sendo comum no Brasil. Nele, “o contribuinte recebe, por correspondência, em sua residência, uma intimação para regularização de dados cadastrais. Nesta correspondência, há um endereço eletrônico para acesso e atualização de dados bancários. O endereço informado não tem nenhuma relação com o site da Receita. Apesar de conter o logotipo e o nome da Receita Federal, a carta é uma tentativa de golpe e não é enviada pelo Órgão nem tem sua aprovação”.

A Receita Federal orienta ao contribuinte que, caso receba esse tipo de correspondência, “destrua a carta e jamais acesse o endereço eletrônico indicado”.

Além disso, a Receita Federal “adverte que, para fins de consulta, download de programas ou alterações de informações junto ao Fisco federal, não devem ser acessados endereços eletrônicos que não o oficial do Órgão: receita.economia.gov.br. Caso o faça, o contribuinte estará sujeito a vírus e malwares, que podem roubar seus dados pessoais, bancários e fiscais”. (Fonte: Receita Federal)

SONEGAÇÃO – MUNICÍPIOS FISCALIZANDO A MOVIMENTAÇÃO DE CARTÃO DE CRÉDITO

Os municípios estão trabalhando com conjunto com o Estado do RS com o objetivo evitar a sonegação e aumentar a arrecadação dos municípios.

Alguns municípios do RS estão fiscalizando a movimentação dos cartões de crédito e débito das empresas.

Afim de entendermos melhor este combate à SONEGAÇÃO, vamos rever dois assuntos:

- PIT – Programa de Integração Tributária do RS;
- Obrigação das administradoras de cartões de crédito ou de débito.

O PIT é um programa que tem como objetivo incentivar os municípios a ajudarem a combater à sonegação e aumentar a arrecadação estadual. Então, se o município participa ativamente do PIT, ele recebe uma pontuação. E esta pontuação influencia no índice de participação da arrecadação do ICMS.

Desta forma, o município que tem maior pontuação, recebe mais retorno de ICMS. E entre as ações que os municípios podem desenvolver no PIT temos:

- implementação de programas e ações que visem o aumento da arrecadação e conscientização fiscal;
- gestão de informações do setor primário;
- criação de turmas volantes municipais para a fiscalização da emissão de notas fiscais;
- programas ou convênios que visem a troca de informações ou o interesse mútuo entre Estado e Município.

Para participar do Programa de Integração Tributária, o município deve firmar um convênio com a SEFAZ-RS.

Administradoras de cartões de crédito ou de débito:

As administradoras de cartões de crédito ou de débito tem a obrigação de informar à Receita Estadual todas as operações e prestações realizadas pelos contribuintes.

Então, mensalmente, elas devem entregar um arquivo eletrônico com as operações e prestações realizadas pelos contribuintes em seus sistemas de crédito ou débito. E estas informações devem ser enviadas até o último dia de cada mês, contendo as operações e prestações do mês anterior.

Assim sendo, o Estado tem as informações da movimentação mensal de cartões de crédito e débito de todos os contribuintes.

Municípios ajudando a combater a sonegação:

Os municípios interessados em participar do PIT assinam convênio com o SEFAZ-RS. E neste convênio o SEFAZ disponibiliza as informações que tem das administradoras de cartão de crédito para os municípios. E os municípios com base neste dados fiscalizam se os contribuintes estão oferecendo à tributação os valores que tiveram de movimentação nos cartões de crédito e débito.

Então, em caso de divergência, podem solicitar que o contribuinte se auto regularize, antes de iniciar o procedimento fiscal. Não ocorrendo a regularização por parte da empresa, é iniciado um procedimento fiscal para verificar se existe sonegação fiscal. E, em sendo constatada sonegação fiscal, as multas são acrescidas de 75 a 225%.

SANÇÕES DA LGPD COMEÇAM A SER APLICADAS A PARTIR DE AGOSTO

Em 2018, o Brasil deu início a uma das mudanças mais importantes na regulamentação de privacidade de informações com a sanção da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). Neste ano, mais precisamente em agosto, começam a ser aplicadas as punições para quem descumprir a Lei 13.709, expondo dados das pessoas físicas.

Um dos tripés para a implementação da lei foi a criação da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), cujas ações de monitoramento vão começar em janeiro de 2022. E os brasileiros têm até o dia 28 deste mês (a próxima segunda-feira) para participar da consulta pública sobre as regras de fiscalização e aplicação de sanções da LGPD, que está disponível na plataforma Participe Brasil, no site gov.br.

O diretor da Neoconsig, Fernando Weigert, lembra que a Justiça já vem se amparando na LGPD para muitas sentenças contra vazamentos e uso indevido de informações pessoais. "Agora, estamos a poucos meses de ter um ambiente completamente regulado e esperamos que com todos esses recursos - a lei propriamente dita, a agência reguladora com as normas definidas, a escolha do conselho nacional com representantes da sociedade - a LGPD produza de fato seu objetivo, e que a última e derradeira fronteira seja multar e punir", afirma Weigert.

Em maio, a ANPD divulgou orientações aos usuários sobre a nova política de privacidade do Whatsapp. A manifestação veio após o movimento da empresa de tecnologia realizado em janeiro de 2021, de alterações na Política de Privacidade e em seus Termos de Serviço. A notícia gerou forte repercussão nacional e internacional em razão do compartilhamento de dados pessoais dos usuários do WhatsApp com as empresas do grupo econômico do Facebook, do qual é parte integrante, conforme descrito na sua política.

A Autoridade Nacional de Proteção de Dados apresentou ao WhatsApp orientações técnicas e uma recomendação elaborada em conjunto com outros órgãos públicos. Neste documento, foram anunciadas com mais detalhes as recomendações de adequação da Política de Privacidade do WhatsApp à LGPD, além das medidas adotadas pela autoridade.

Cenas como essas devem se tornar cada vez mais comuns a partir de agora. E, para que a lei produza seus melhores efeitos, é fundamental que as companhias de todos os portes assumam o compromisso com a proteção dos dados sensíveis não só de seus clientes, mas também de fornecedores, parceiros e colaboradores.

A legislação se aplica a todas as empresas que coletam, armazenam e processam dados, seja na forma física ou digital. No caso de um escritório contábil, ele processa não apenas dados pessoais de seus clientes, como também de seus funcionários.

O eSocial é um dos sistemas gerenciados pelos contadores que concatena uma série de dados de colaboradores das empresas e até mesmo de seus familiares e de ex-funcionários, que merecem sigilo e cuidado.

O início da etapa de aplicação das punições é visto como essencial para fortalecer os direitos fundamentais das pessoas na era digital e facilitar os negócios, esclarecendo regras para empresas e órgãos públicos.

As premissas norteadoras da normativa são claras: é preciso respeitar a privacidade, a inviolabilidade da intimidade, da honra e da imagem e a autodeterminação informativa e a liberdade de expressão. Só assim, de acordo com a lei, os titulares de dados passam a ter maior controle sobre todo o processamento das suas informações pessoais. (Fonte: Jornal do Comercio)

Toda ação humana, quer se torne positiva ou negativa, precisa depender de motivação.

Dalai Lama



Agenda das Principais Obrigações Julho/2021



DIAS	COMPROMISSOS
01/07	Envio das notas fiscais, documentos de caixa e recibos de autônomos, impostos e contribuições pagos pela sua empresa para encerramento do mês de junho 2021
06/07	SALÁRIOS - JUNHO
07/07	DAE - DOMÉSTICAS GFIP - JUNHO
12/07	Envio das notas fiscais, dos documentos de caixa, de bancos, impostos e contribuições pagos pela sua empresa referente o período de 01 a 10/07/2021
12/07	ICMS - SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA (Demais produtos) - JUNHO ICMS - COMÉRCIO - JUNHO ICMS - INDÚSTRIA - JUNHO ICMS - ÚLTIMOS SETORES INCLUÍDOS NA SUBST. TRIBUTÁRIA - MAIO
15/07	GPS - CONTRIBUINTE INDIVIDUAL ISSQN - JUNHO
20/07	GPS - JUNHO IRF - JUNHO IMPOSTO SIMPLES NACIONAL - JUNHO
21/07	ICMS - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTES - JUNHO
21/07	Envio das notas fiscais, dos documentos de caixa, de bancos, impostos e contribuições pagos pela sua empresa referente o período de 11 a 20/07/2021
23/07	ICMS - DIFERENCIAL DE ALÍQUOTA - SIMPLES NACIONAL - MAIO ICMS - SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA - SIMPLES NACIONAL - MAIO IPI - INDÚSTRIA - MODALIDADE GERAL - JUNHO COFINS - JUNHO PIS - JUNHO
30/07	Envio dos dados para encerramento da folha de pagamento: registro de empregados, alterações de salário, faltas e descontos, recibos de autônomos e notas fiscais cooperativas, referente junho 2021
30/07	CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - JUNHO- ESTIMATIVA IRPJ - JUNHO - ESTIMATIVA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - 2º TRIMESTRE IRPJ - 2º TRIMESTRE
02/08	Envio das notas fiscais, dos documentos de caixa, de bancos, impostos e contribuições pagos pela sua empresa referente o período de 21 a 31/07/2021



Curta nossa página no Facebook e Instagram: @visaocont

VILLAGIO IGUATEMI 54 3026 4646

Visão Contabilidade - Competência e Credibilidade